



Operação Vox Vacua mira esquema de fraude contra beneficiários do INSS

Na manhã desta quinta-feira (5/6), no Norte do estado, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou a operação Vox Vacua, voltada à investigação de fraudes que têm como vítimas aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além de outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

A ação ocorreu nos municípios de Espinosa, Verdelândia e Jaíba, resultando em duas prisões, inclusive a do investigado indicado como líder do esquema, apreensões de bens e medidas judiciais de bloqueio de contas contra um grupo suspeito de praticar crimes como estelionato, lavagem de dinheiro e uso de documentos falsos.

Entre os alvos da operação estavam escritórios de advocacia, agências de correspondentes bancários e uma construtora, bem como investigados atuando em bancos que estariam facilitando as fraudes.

Além da liderança presa preventivamente em razão de mandado, um advogado, apontado como responsável pela parte jurídica das fraudes, foi detido em flagrante por comércio ilegal de medicamentos controlados e posse irregular de munições.

Medidas judiciais

Ao todo, foram cumpridos dez mandados de busca e apreensão. A polícia também realizou o sequestro de três veículos e, ainda, foi decretada a quebra de sigilo bancário e fiscal de oito investigados, assim como o bloqueio de contas correntes e CNPJs ligados ao grupo.

Durante as buscas, os policiais apreenderam celulares, computadores, cartões de crédito, procurações em branco, extratos bancários, anotações contendo senhas de diversas vítimas, além de medicamentos de uso controlado e munições.

O esquema

Segundo a investigação, o grupo abordava beneficiários do INSS, especialmente idosos e gestantes em situação de vulnerabilidade, oferecendo supostos empréstimos. Com isso, obtinha acesso a documentos pessoais, assinaturas e fotografias das vítimas. Em posse desses dados, os suspeitos abriam contas bancárias e transferiam o pagamento dos benefícios para instituições financeiras onde também havia envolvidos no esquema.

As contas das vítimas passavam a ser usadas como “laranjas” para transações bancárias, como Pix, pedidos de cartões de crédito e outros serviços — tudo sem o conhecimento dos titulares. Além disso, conforme apurado, com procurações assinadas de forma enganosa, o núcleo jurídico do grupo ajuizava ações contra bancos, simulando representação das vítimas em processos judiciais que geravam indenizações fraudulentas.

O trabalho investigativo realizado pela Delegacia de Polícia Civil em Espinosa também aponta prejuízos tanto para os bancos, que sofriam perdas financeiras por decisões judiciais baseadas em informações falsas, quanto para as vítimas, que tinham os valores de seus benefícios desviados.

Próximos passos

O delegado Eujecio Coutrim, responsável pelo caso, afirma que há indícios de diversos delitos, incluindo estelionato, lavagem de dinheiro, uso de documentos falsos, crime contra a economia popular e comércio irregular de medicamentos.

Segundo Coutrim, as apurações seguem em andamento e outras pessoas podem ser responsabilizadas. "As provas apreendidas serão analisadas para aprofundar a investigação e ampliar a responsabilização dos envolvidos", pontua.

A operação foi coordenada pela chefia do 11º Departamento de Polícia Civil, sob comando do delegado-geral Jurandir César Rodrigues Filho, com apoio da Delegacia Regional em Janaúba, dirigida pelo delegado Ricardo Estevão F. A. do Amaral.